



## ESCREVIVÊNCIAS<sup>1</sup> INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: letrando resistências e políticas públicas na Universidade

Hermes Breno da Silva Santos<sup>2</sup>

Luana Mesquita de Araújo<sup>3</sup>

Maria Gabriela de Andrade Sena<sup>4</sup>

Rosely Ramos de Carvalho<sup>5</sup>

Thalia Karoline Santos Gomes<sup>6</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como proposta temática a discussão do letramento intercultural e de resistência para indígenas e quilombolas no ensino superior, ingressos na Universidade por meio das políticas afirmativas de cotas. Os pressupostos teórico-metodológicos consistiram em uma pesquisa qualitativa e para tal, seguimos orientações metodológicas de Baltar et al (2011), Little (2004), Ponso (2018), Souza (2011), Silva (2018), entre outros. Nesse sentido, os resultados revelaram que a Academia ainda preza por parâmetros monoculturais, conservadores e segregacionistas na gestão do ensino.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Indígenas e quilombolas. Letramento de resistência.

**ABSTRACT:** This work has as its thematic proposal the discussion of intercultural literacy and resistance for indigenous people and quilombolas in higher education, university entrance fees through affirmative quota policies. The theoretical-methodological assumptions consisted of a qualitative research, and for this, we follow methodological guidelines of Baltar et al (2011), Little (2004), Ponso (2018), Souza (2011), Silva (2018), among others." In this sense, the results revealed that the Academy still values monocultural, conservative and segregationist parameters in teaching management.

**Keywords:** Public policies, indigenous people and quilombolas, literacy of resistance.

<sup>1</sup>O presente termo diz respeito a um conceito criado pela poetisa de literatura afro brasileira, Conceição Evaristo, o qual remete a "escrita de si", a escrita de um corpo e de uma condição. Refere-se, a priori à experiências negras, no entanto, aqui ressignificada para os povos indígenas também.

<sup>2</sup> Monitor voluntário no Projeto de extensão IQ- Conhecimento e Resistência. Graduando do 3º semestre em Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [hermesbreno90@gmail.com](mailto:hermesbreno90@gmail.com)

<sup>3</sup> Monitora voluntária no Projeto de extensão IQ- Conhecimento e Resistência. Graduanda do 3º semestre em Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará; graduada em Licenciatura plena em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: [luanamesquita0@gmail.com](mailto:luanamesquita0@gmail.com)

<sup>4</sup> Monitora voluntária no Projeto de extensão IQ- Conhecimento e Resistência. Graduanda do 3º semestre em Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [mariagabriela.andradesena@hotmail.com](mailto:mariagabriela.andradesena@hotmail.com)

<sup>5</sup> Estudante universitária, graduanda do 3º semestre em Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [roseamanaye@gmail.com](mailto:roseamanaye@gmail.com)

<sup>6</sup> Monitora bolsista no Projeto de extensão IQ- Conhecimento e Resistência. Graduanda do 5º semestre em Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: [thaliaksg@gmail.com](mailto:thaliaksg@gmail.com)



## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um estudo exploratório que tem como objetivo refletir acerca de questões que envolvem a permanência dos alunos indígenas e quilombolas na Universidade. Os dados analisados foram obtidos no Projeto de Extensão IQ – Conhecimento e Resistência, o qual propõe o desenvolvimento de ações Interventivas para a permanência com qualidade e equidade de estudantes indígenas e quilombolas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA. Utilizou-se a observação direta durante a execução do projeto e, mais particularmente, durante a realização das oficinas sobre gêneros textuais acadêmicos. Os dados versam sobre as vivências universitárias desses discentes.

É neste interim que, o presente artigo, por meio dos dados obtidos, espera contribuir com a crítica acerca do atendimento que o Estado, como mediador de políticas públicas, tem executado em favor a esses grupos culturais, no que tange à interculturalidade como marco indispensável na educação pública, como orientam as diretrizes nacionais da educação. Assim sendo, foi importante observar nos relatos se a política de cotas na Universidade, acompanhada do processo seletivo especial e de programas de assistência estudantil, garantem a permanência desses discentes com qualidade e equidade

Em um país que se constituiu pela presença de sujeitos historicamente e socialmente oprimidos e excluídos, os debates acerca do acesso e permanência no ensino superior de povos e comunidades tradicionais acionam tensas discussões. Os que fazem a defesa das políticas afirmativas, questionam as dificuldades de permanência e a qualidade do percurso acadêmico desses discentes. Sendo essas, as principais pautas da organização estudantil de indígenas e quilombolas na Universidade Federal do Pará.

## 2. POVOS TRADICIONAIS NO ENSINO SUPERIOR

A Universidade brasileira, para Silva (2018) dentro de uma perspectiva histórica, no século XIX se tornou um espaço de disputa das elites por projetos centrados em si mesmos e na manutenção do status quo. Assim, no fim do século XX e início do século XXI, os movimentos negros entram na disputa pela universidade brasileira, porque esse espaço era



um lugar ocupado por uma elite branca. Desse modo, a partir dos anos 2000, surgem diversos movimentos de estudantes e docentes negros e negras exigindo, do Estado, políticas de ampliação do acesso de negros e negras às universidades.

No que tange as políticas afirmativas para indígenas e quilombolas nas Instituições de Ensino Superior, a existência das Leis Federais 12.711/2012 e 9.394/96 bem como outras medidas transitórias (as quais partiram das lutas desses povos) viabilizam o ingresso de tais comunidades em um ambiente acadêmico, todavia não atestam a garantia de um ensino capaz de qualificar com equidade indivíduos de pertencimentos étnicos diferentes. Haja vista que, por efeito da hegemonia branca e europeia presente ainda no pós-colonialismo brasileiro instaurou-se um sistema de ensino vicioso que omite a urgência de uma reparação histórica no que tange o processo educativo. Assim sendo, para Scherer (2010):

Portanto, o intelectual deve fazer uma análise crítica sobre o lugar de sua fala. Assim, deverá estar ciente de que há uma memória oficial hegemônica e uma memória coletiva daqueles que estão situados abaixo na pirâmide social, uma memória a partir dos centros de poder e uma memória a partir dos oprimidos, uma memória intelectual hegemônica e uma memória de saberes historicamente subalternos. Dessa forma podemos considerar que o posicionamento, a localização e a memória são centros relevantes do debate político e intelectual contemporâneo. (SCHERER, 2010, p.22).

Em meio a essa discussão, é importante ressaltar que os estudantes indígenas e quilombolas são desterritorializados por estarem em um ambiente que não abriga os conhecimentos das suas culturas. No entanto, têm problematizado essa realidade nos seus fóruns de debates para construir estratégias de resistência e enfrentamento ao epistemicídio, ao racismo e a discriminação.

### 3. LETRAMENTO ACADÊMICO: INSTRUMENTO DE COLONIZAÇÃO E DOMINAÇÃO

Durante a graduação os discentes indígenas e quilombolas passam por inúmeras dificuldades, que vão desde o ingresso à permanência dentro da Universidade; as quais incluem uma gama de problemáticas que cernem, a priori: às questões financeiras, às dificuldades pedagógicas, e, sobretudo, o estigma e preconceito vivenciado pelos discentes cotidianamente em sala de aula; bem como, a ausência de uma política educacional e linguística que avise agregar a formação sóciodiscursiva desses alunos oriundos de comunidades tradicionais.



Outro ponto a ser destacado a respeito dessa problemática está relacionado à adaptação mediante a prática de letramento acadêmico vigente. Ponso (2018) ressalta que esse modelo de avaliação que é exigido pela Universidade, além de não contemplar os estudantes oriundos de um modelo regular de ensino, muito menos acolhe os estudantes indígenas e quilombolas. Ficando muito aquém de uma educação pública intercultural de qualidade, de tal modo que a autora reitera: “Se estudantes oriundos do meio urbano pouco compreendem dessas convenções em torno da escrita acadêmica, o quadro se agrava quando se tratam de estudantes indígenas ou quilombolas, provenientes de culturas em que predomina a oralidade” (PONSO, 2018, p.7).

É importante destacar que o conceito de letramento, diz respeito, segundo Marcuschi (2007), as práticas discursivas que fazem parte da escrita; existe ainda uma diferença fundamental entre letramento e a alfabetização, sendo o primeiro correspondente às práticas sociais da escrita, e o segundo visto como o domínio formal da escrita. Nesse sentido para o autor o Letramento é uma expressão que atualmente vem se aprofundando para apontar os diferentes modos de domínio e uso da escrita como prática social e não como uma simples forma de representação gráfica da língua.

Assim sendo, de acordo com Baltar, Rizzatti e Zandomenego (2011), o sujeito não é constituído por apenas uma vertente de letramento, <sup>7</sup>mas constituído de várias durante a sua formação, sendo os de instância primária- as formas de letramento que ocorrem no âmbito familiar ou nas comunidades locais- e os letramentos secundários, os que ocorrem em segunda instância, os termos mais formais, e ainda dentro de Instituições sociais.

Diante desse contexto, tendo em vista que a perspectiva do letramento acompanha os discentes durante sua formação escolar básica, no ensino superior tal prática segue a mesma orientação, no entanto em um modelo que não abriga a pluralidade e as diferentes formações sóciodiscursivas do corpo discente. Uma vez que, como explica a autora:

Subjaz à política linguística elitista (nem sempre explícita) das universidades a ideologia do déficit linguístico, segundo a qual as línguas autóctones são “primitivas”, cabendo aos indígenas o aprendizado da língua do outro, a língua historicamente hegemônica com todos os seus aparatos ideológicos (escrita, literatura, gramáticas, ciência, leis), sob pena de permanecerem marginalizados. (Ponso, 2018, p.8)

Outra perspectiva que dever ser compreendida por parte do corpo docente no ensino básico e superior, deve ser precisamente, a oralidade, a qual marca significativamente a memória e história dos povos indígenas e quilombolas. Posto que, no que tange a expansão

<sup>7</sup> De acordo com Baltar, Rizzatti e Zandomenego (2011), o letramento trata-se de um processo permanente de empoderamento social, em que os indivíduos perpassam e que estão arraigados em várias esferas da sociedade.



da temática Letramento, Marcuschi (2007) aponta que as práticas de letramento devem abrir espaço para oralidade e diferentes domínios discursivos, que situam e envolvem inserção cultural. Isso se deve ao fato do Letramento resumir-se em práticas discursivas que se utilizam da escrita. Assim sendo, o corpo docente deve apreender que a escrita se apresenta como uma forma de dominar a realidade, quando se refere a aspectos culturais, mas, sobretudo, a formas de dominação social, ou ainda, o que o autor expõe como uma injunção a qual circunscreve a um único saber.

O corpo docente deve compreender, ainda e primordialmente, que “a oralidade seria uma prática social que se apresenta sobre formas ou gêneros textuais que vão desde o mais informal ao mais formal e nos mais variados contextos de uso.” (MARCUSCHI, 2007, p. 40). Estando preparado e dotado desse conhecimento, o corpo docente entenderia que por meio de observações das realidades sóciodiscursivas dos alunos indígenas e quilombolas, a oralidade constitui-se de práticas linguísticas em situações que ora a fala ou a escrita são essenciais dentro do contexto comunicativo.

### **3.1. Narrativas indígenas e quilombolas as dificuldades no acesso a políticas educacionais e o acesso ao ensino superior com equidade**

Os discentes indígenas e quilombolas têm recriado estratégias de resistência na Universidade, organizando a luta coletiva para a permanência com qualidade e equidade. Enfrentamento para levando-os a um sentimento coletivo de que é necessário resistir e, para isso, unir-se aos iguais. Com o objetivo de contribuir com a permanência desses discentes, a forma de intervenção nessa realidade, foi proposto o Projeto de Extensão “Ações interventivas para permanência com qualidade e equidade de estudantes indígenas e quilombolas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará”. O projeto de extensão propõe ações que contribuem para o aprendizado acadêmico de discentes indígenas e quilombolas, considerando as demandas que apresentam diante das dificuldades enfrentadas, como racismo, xenofobia, discriminação, preconceito étnico-racial e as dificuldades trazidas do ensino básico. Essas dificuldades ocasionam desistência dos cursos de graduação e reforçam que a Universidade precisa elaborar políticas para intervir nessas problemáticas.

A luta desses discentes para permanecer na Universidade tem marcado as suas vivências. Para compreendê-las e contribuir com o propósito de intervenção do Projeto,



elencamos enquanto objeto de estudo analisar as narrativas, os textos acadêmicos obtidos na Roda de conversa “Vivências estudantis na academia: luta e resistência contra o racismo, discriminação e opressão”<sup>8</sup>, nas oficinas “Trabalhos acadêmicos, interpretação e construção textual: gênero resumo”<sup>9</sup>, “Oficina de redação processo seletivo especial – PSE 2019”<sup>10</sup>. A metodologia empregada foi a abordagem qualitativa, sendo a análise das narrativas realizadas mediante os registros orais, escritos e fotográficos e audiovisuais.

Por meio dos eventos percebemos inúmeras denúncias dos alunos indígenas e quilombolas vivenciados no decorrer de seus percursos acadêmicos. Diante disso, elencamos a seguir, a voz de um aluno quilombola representante da Associação dentro da Universidade, a qual reverbera a sua luta perante as estruturas opressoras e racistas propagadas no ensino superior:

Muitos perguntam por que o processo seletivo especial? Gente nosso nível educacional não dá pra disputar na Universidade. Tem ano que a gente não consegue ter aula de português, por exemplo... Não temos igualdades de oportunidades pra entrar no ensino superior. Pra entrarmos aqui precisamos de um aparato... política pública pra nós permanecermos aqui nós temos que ter um apoio também, e esse apoio ele não é só financeiro ele é também pedagógico, ele é também psicológico. Muita gente, muitas pessoas com problemas psicológicos, precisa de acompanhamento, que tem depressão, vocês imaginam a gente, que nos interiores nosso meio de transporte é uma canoa, e quando a gente chega aqui é um ônibus, muitas das vezes, muitos de nós nunca nem viu um ônibus na vida. Vocês precisam entender que há um choque cultural, há um choque cultural. Vocês precisam compreender isso. Nós estamos organizados dentro da Universidade, nós temos as Associações dos indígenas dos quilombolas, dos estudantes estrangeiros (Narrativa de um estudante quilombola obtida por registro audiovisual transcrito)

Podemos observar nas narrativas desse estudante que, esses alunos enfrentam um contexto socioeconômico, sobretudo, cultural, diferente dos demais. Assim sendo, esta perspectiva velada de ensino traz em seu bojo marcas de um modelo conservador e colonizante cujos alunos são, sumariamente, obrigados a adequar-se aos padrões normativos e linguísticos vigentes. E, nesse sentido, Ponso (2018) relata a respeito dos enfrentamentos do alunado indígena e quilombola:

<sup>8</sup>É importante ressaltar que esses eventos ocorrem dentro do eixo dentro de dois eixos: Apoio acadêmico – que além de proporcionar monitoria diária, também realiza oficinas de apoio pedagógico e o eixo de Formação – que aborda temáticas como a educação intercultural, racismo, preconceito étnico-racial e discriminação. Logo, a roda de conversa foi realizada no dia 29 de agosto de 2018, e teve por objetivo reunir os relatos de alunos indígenas e quilombolas da UFPA - Belém, assim como as vivências dos alunos negros estrangeiros, LGBTQI+, afro-religiosos e PCDs.

<sup>9</sup>A Oficina de Extensão ocorreu no dia 18 de setembro de 2018, fez um breve apanhado sobre a revisão de conceitos básicos da Língua portuguesa, como a interpretação textual, ortografia, coesão e estudo do gênero textual acadêmico: resumo.

<sup>10</sup>A oficina buscou, sobretudo, instruir os alunos quilombolas da Comunidade Guajará-Miri, Rio Baixo Acará, para a prova de redação referente ao Processo Seletivo Especial- 2019, da Universidade Federal do Pará. No decorrer da oficina, os alunos puderam lembrar assuntos básicos de interpretação de textos, conceitos-chave da língua portuguesa e elaboração de textos dissertativos argumentativos.



Acerca das dificuldades educacionais nomeadas pelos próprios estudantes (alguns deles têm uma língua indígena como materna e fala português apenas na escola; outros provêm de comunidades quilombolas isoladas, nas quais não há sequer luz elétrica), o fator mais recorrente é a dificuldade com a língua escrita, pois o entendimento das aulas e dos textos advêm da compreensão do idioma no qual os textos estão escritos e no qual as aulas são ministradas (Ponso, 2018, p.6)

Ainda sobre essas narrativas, estudantes indígenas das etnias Karipuna e Xipaya representantes da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APEYUFPA), delataram que há inúmeros obstáculos na graduação, como: a discriminação que, indiscutivelmente, impossibilita-os de participar, inclusive, de trabalhos realizados em sala de aula; os problemas com os custos relativos à alimentação, aos materiais didáticos, e, além disso, o transporte.

É imprescindível ressaltar que, o Projeto IQ-Conhecimento e Resistência tem sido um espaço de escuta para de alunos indígenas e quilombolas sempre expõem, situações constrangedoras e discriminatórias dentro de sala de aula, como referiu-se uma discente da etnia Amanayé: “O professor disse que era pra eu parar o curso, por causa de um trabalho que eu não tava conseguindo fazer. Se eu não tava dando conta era pra eu parar...”<sup>11</sup>

Destarte, pelo fato da concepção de Letramento acadêmico vigente assumir esse viés modalizador e excludente, o que ocorre é que, em parte as trajetórias dos discentes indígenas e quilombolas não são considerados, ou melhor, compreendidos, por uma parte dos professores, e, sobretudo, pela turma que, em relatos dos próprios discentes, os exclui dos trabalhos elaborados em sala de aula. Logo, é formidável destacar que se a equipe profissional detivesse um conhecimento didático-pedagógico globalizante, bem como um modo consistente de avaliá-los, primando por uma abordagem intercultural crítica sobre as produções acadêmicas desses alunos (tendo em vista o forte enlace cultural com a oralidade que muitos deles trazem durante sua formação esses alunos) esses alunos teriam, assertivamente, um melhor rendimento acadêmico e, por conseguinte, inserção, interação.

### **3.2. O Letramento de resistência enquanto porta-voz das identidades indígenas e quilombolas: um olhar às escrevivências**

<sup>11</sup> (relato obtido por meio de registro audiovisual transcrito durante as atividades de monitoria no Projeto de extensão universitária Iq- Conhecimento e Resistência)



Tendo em vista as discussões abordadas anteriormente, no que tange as propostas para o melhor engajamento dos alunos indígenas e quilombolas em sala de aula, destacamos no decorrer do artigo, considerando a expansão da temática, o Letramento de resistência enquanto política educacional efetiva; e ainda, política pública primordial para a permanência com equidade desses alunos na Universidade. Assim sendo, no que tange as definições acerca dos Letramentos de resistência:

Os letramentos de resistência mostram-se singulares, pois, os capturam a complexidade social e histórica que envolve as práticas cotidianas de uso da linguagem, contribuem para a desestabilização do que pode ser considerado como discurso já cristalizados em que as práticas validadas sociais de uso da língua são apenas as ensinadas e aprendidas na escola formal (Souza, 2011, p.36)

Ponso (2018) salienta que o Letramento de resistência tem sua objetividade em uma “educação antirracista, decolonial e interventora, que diz que é preciso re-existir em um contexto social, político e econômico opressor que exige reposicionamentos dos lugares de atuação, de proposição e de ação política nos quais a linguagem tem papel fundamental.” (COSSON, 2018, p.8). No que diz respeito a essa temática ainda, a autora salienta que envolve, sobretudo, formas de produção de conhecimentos tendo em vista os epistemicídios, vigentes, e a necessidade de se edificar uma postura contra-hegemônica dentro do campo científico. Nesse sentido, Ponso (2018) aponta mesmo que os estudantes indígenas e quilombolas se deparem com políticas linguísticas excludentes geridas pelas Instituições formais de ensino, as quais prezam, sobretudo pela manutenção da língua hegemônica, tais discentes prezam por um comportamento de resistência, organizando-se em grupos os quais buscam lutar por seus direitos sociais, culturais e linguísticos.

Nesse sentido, em consonância com a discussão abordada, analisaremos nesta seção os textos elaborados durante a realização da “Oficina de redação processo seletivo especial – PSE 2019”, a qual buscou, sobretudo, instruir os alunos quilombolas da Comunidade Guajará-Mirim, rio Baixo Acará, para a prova de redação referente ao Processo Seletivo Especial- 2019 da Universidade Federal do Pará<sup>12</sup>. No que diz respeito à análise desses textos obtidos por meio de registro escrito e fotográfico, realizaremos uma breve discussão acerca de como o corpo docente deveria avaliar e compreender as escritas dos discentes indígenas e quilombolas na Universidade. Tendo em vista que para Ponso (2018) os povos tradicionais são “Sujeitos de múltiplas vozes, potências, sonhos e ações, que lutam

<sup>12</sup>A realização da oficina se deu, a priori, a partir do interesse de um aluno quilombola do Curso de Turismo, o qual frequenta as oficinas e eventos promovidos pelo Projeto IQ; esse aluno reside na Comunidade Guajará-Mirim, e então, o mesmo incentivou os alunos e amigos a se deslocarem de suas comunidades para participarem da oficina de redação para a prova do PSE-2019 da UFPA.





contra a marginalidade, a discriminação, a desigualdade e buscam a transformação social”. (PONSO, 2018, p.10).

Assim sendo, no trecho de uma das atividades elaboradas em sala, no decorrer da oficina, observamos a postura política de um aluno quilombola da Comunidade Guajará-Mirim que estava pretendendo uma vaga no Processo seletivo especial da UFPA. São marcas desse texto, a seguir:

Nos dias atuais, o quilombola ainda encontra dificuldades para manter suas origens e culturas vivas. No entanto, podemos destacar, que atualmente esses povos sofrem racismo por conta de suas origens, haja vista que, os senhores de engenhos atuais ainda torturam e escravizam um povo forte que luta e resiste as desigualdades sociais.

Fonte: Arquivo do Projeto de extensão universitária Iq- Conhecimento e Resistência.

Notamos que as escrevivências desses textos traduzem um sentimento de pertença e orgulho e crítica pelo fato de estarem ocupando e resistindo dentro de seus territórios. Tal postura política reaparece no trecho da dissertação de um aluno quilombola da Comunidade Guajará-Mirim:

As comunidades Quilombolas são lugares digno de ser morar.

Entende-se que quilombola é um povo muito guerero que nunca baixa a cabeça para tantas dificuldades que tem quando se viver no quilombo. mais esse povo aprende muito cedo que tem que lutar pelos direitos que não é a cor da pelhe que vai torna-lo diferente e sim aonde pode chegar numa faculdade e se formar

ser quilombola é um orgulho. Fonte: Arquivo do Projeto de extensão universitária Iq- Conhecimento e Resistência

Logo, podemos interpretar que a escrita desses alunos traduz substancialmente um forte legado de reafirmação e empoderamento mediante um contexto de intensa opressão a esses povos. A utilização do verbo “podemos”, no texto 01, conjugado em terceira pessoa configura a ideia e o sentido de coletividade, que esses povos mantêm em suas trajetórias. Nesse sentido, Ponso (2018) dialoga e interpreta em seu artigo a respeito da escrita dos povos indígenas e quilombolas que, “sua identidade étnica e sua maneira de pensar e de agir estão ligadas ao coletivo, à territorialidade, ao respeito pela natureza e pelos animais, à ancestralidade, à reverência aos mais velhos.” (PONSO, 2018, p.11).

É válido ressaltar que as escrevivências acadêmicas desses povos os acompanham em todos os âmbitos, de tal modo que dentro da Universidade, no decorrer de suas vivências acadêmicas e das atividades elaboradas em sala de aula, esses povos apresentam em seus escritos aspectos textuais que os caracterizam dos demais discentes. Ponso (2018) afirma que a escrita dos discentes indígenas e quilombolas detêm, em seu bojo certa originalidade, proatividade e coletividade, além de apresentar uma voz arraigada de memória e ancestralidade. Nesse sentido, a autora aponta que:

Em muitos trabalhos de indígenas ou quilombolas, ou ainda pessoas que estão em contato com línguas e conhecimentos tradicionais... O modo de introduzir (seja um trabalho monográfico, seja sua defesa diante de uma banca) já rompe com muitos



aspectos do saber acadêmico colonizado, com o questionamento dos formatos introdutórios legitimados na academia: antes de tudo, eles pedem permissão e proteção aos ancestrais, reverenciam a árvore orixalógica, evocam suas divindades e seus poderes/saberes; 2) o compromisso de assumir uma voz em primeira pessoa, com autonomia, originalidade de pensamento e de escrita, contrapondo-se aos parâmetros de impessoalidade, racionalidade, objetividade dos letramentos acadêmicos (o que caracteriza a colonialidade do poder, conforme Mignolo, 2008). 3) as escolhas dos temas de pesquisa em geral são autobiográficas, a partir de uma base fenomenológica, originando-se de experiências práticas, concretas, vivenciadas por anos e anos, as quais rompem com a antinomia sujeito/objeto, em que o pesquisador é neutro, um ponto zero, um simples observador. (PONSO, 2018, p.11).

No que tange às implicações políticas e sociais na escrita dos povos indígenas, percebemos que há certa variação conforme a relação das etnias e o contato com o português enquanto segunda língua. A exemplo, durante as atividades de monitoria no Projeto IQ: Conhecimento e Resistência, cogitamos que os indígenas da etnia Amanayé, os quais frequentam cotidianamente o Projeto, assimilaram mais intensamente e profundamente a língua do colonizador português, devido os intensos massacres a esses povos, o que decorre de forma diferenciada dos indígenas pertencentes a etnia Wai-wai, os quais mantêm em seus domínios discursivos, o português como segunda língua. Assim, quando esses alunos indígenas ingressam a Universidade, os mesmos tendem a sofrer maior estigma e racismo, pela dificuldade em se adequar aos padrões normativos e segregacionistas que a Universidade e seu corpo institucional comportam.

Diante disso, podemos observar no trecho de um resumo obtido na realização da oficina de "Trabalhos acadêmicos, interpretação e construção textual: gênero resumo" que o aluno indígena, pertencente à etnia Wai-wai, apresenta um olhar crítico acerca do gênero escrito resumo, prezado pela academia: "O texto acima falar de diversas linguística , a qual mostra que ninguém fala errado, apenas diferente , o ser humano já nasce com esse dom e se adapta rápido do modo de se comunicar que desenvolveu em seu meio de conviver." (Fonte: Arquivo do Projeto de extensão universitária Iq- Conhecimento e Resistência)

É possível observar por meio de suas escrituras uma postura crítica e política mediante as estruturas opressoras, ao interpretar o texto utilizando a colocação: "ninguém fala errado, apenas diferente", "adapta rápido do modo de se comunicar que desenvolveu em se meio de conviver". E ainda, é possível dialogar com as análises de Ponso (2018), quando a autora sinaliza que os discentes indígenas e quilombolas ao adentrarem na Universidade, ou melhor, ao se depararem com as posturas segregacionistas do corpo docente e discente, além de outros funcionários, esses alunos buscam por redes de fortalecimento, organizam-se em conjunto em vista da articulação de estratégias de resistência para suportar as opressões cotidianas pelos quais perpassam. Tal busca pela formação de laços contundes refletem na escrita desses alunos, os quais passam a adotar uma atitude mais crítica e um local de fala



mais explícito, bem como podemos absorver a partir da escrevivência do discente indígena Wai-wai.

Por fim, mediante esse contexto enfadonho de lutas e sobrevivências na Academia, a qual deveria prezar, primordialmente, pelo acolhimento dos povos tradicionais, percebemos que a conquista pelo acesso ao ensino superior não se configurou como a única medida de reparo social; é imprescindível bordar redes de memória, resistência e coletividade, ocupando espaços que historicamente são seus por direito. Assim, Ponso (2018) reitera nossa discussão com a seguinte explanação:

estudantes indígenas e quilombolas começam a apoderar-se de estratégias discursivas para afirmar e protagonizar a negociação entre diferentes práticas de letramentos. É nos movimentos sociais e estudantis que os alunos substituem a lógica do fracasso por não dominarem os discursos legitimados pela academia pela lógica de uma crítica a esses discursos. A língua, então, passa a ser usada com funções sociais e políticas, orientadas para o domínio crítico de práticas de letramento dominante, com o objetivo comum de assegurar a permanência desses estudantes na universidade.(PONSO, 2018,p.13)

#### 4. CONCLUSÃO

Proporcionar um novo olhar para o Letramento intercultural e de resistência enquanto política pública e educacional para a permanência de alunos indígenas e quilombolas em sala de aula é, de certa forma desconstruir padrões que foram historicamente e socialmente estabelecidos e tornar visível o que sempre (r) existiu. Nesse sentido, dizer que os negros e os indígenas em todo seu percurso são capazes de produzir, mesmo que as suas identidades tenham sido invisibilizadas durante a sua formação escolar, e ainda, quando ingressam ao ensino superior. É indiscutível afirmar que abranger tantos significados que resultam da presença desses povos e comunidades tradicionais dentro do ensino superior público e gratuito é também abraçar toda ancestralidade, símbolos e significados que os acompanham.

Sabemos que mobilizar um conhecimento dentro de uma cultura tão diversificada não é tarefa simples. Ainda mais quando modelos conservadores de pesquisa são realidades em muitos contextos escolares e acadêmicos. Desta maneira, fazer emergir uma proposta interdisciplinar no seio de uma 'rica' tradição de pensamento requer, antes de tudo, posicionar categoricamente tal escolha, para que os desdobramentos das interpretações possam ser (re) conhecidos como mais uma possibilidade de apreciação e análise desses sujeitos historicamente oprimidos.



Interligar saberes, também está inserido como uma máxima no ensino superior, na busca de multiplicar os olhares do saber científico. Afinal, reoperacionalizar o sentido de uma problemática transforma significativamente a natureza das questões propostas, as formas como são interpretadas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas. Daí a necessidade e vontade de fazer com que florescessem nesta pesquisa diálogos, sempre que possíveis e categoricamente direcionados ao ensino superior, plural com equidade qualidade para discentes indígenas e quilombolas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BALTAR, Marcos; RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti; ZANDOMENEGO, Diva. **Leitura e produção textual acadêmica**. Florianópolis, LLV/CCE/ UFSC, 2011.

BRASIL. Decreto Federal Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia daterritorialidade**. Anuário Antropológico 2002/2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MARCUSHI, Luiz Antônio. **Oralidade e letramento como práticas sociais**. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. et al (orgs) *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 208 p. 31-56.

MUNSBURG, João Alberto Steffen.; SILVA, Gilberto Ferreira da. Interculturalidade na perspectiva da descolonialidade: possibilidades via educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 140-154, jan./mar., 2018. E-ISSN: 1982-5587.

PONSO, Leticia Cao. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. **Trab. Ling. Aplic.** Campinas, n(57.3): 1512-1533, set./dez. 2018

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2010.

SOUZA, A. L. S. (2011). **Letramento da reexistência. Poesia, grafite, música, dança: hip-hop**. São Paulo: Parábola.